

Aos quatro dias do mês de novembro de dois mil e catorze, pelas dezoito horas, reuniu o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital, com a presença da maioria dos seus elementos, com exceção de Pedro Miguel Paiva, representante do pessoal não docente, e Mário Francisco Santos Pinto, representante dos pais e encarregados de educação. A reunião contou também com a presença do diretor do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital, professor Carlos Carvalheira.

Na impossibilidade de este Conselho poder eleger nesta reunião um novo presidente, por este órgão não estar ainda totalmente constituído, o presidente do Conselho Geral cessante, professor Luís Filipe Torgal, que foi de novo eleito membro do Conselho Geral na qualidade de representante do pessoal docente, assumiu, provisoriamente, a presidência da reunião.

O presidente recordou a todos os presentes a ordem de trabalhos da reunião: Ponto um – Tomada de posse dos elementos eleitos ou designados para o Conselho Geral; Ponto dois – Cooptação dos representantes da comunidade local a integrar este Conselho; Ponto três – Outros assuntos.

Depois, solicitou a todos os elementos presentes que, desde este dia, passaram a assumir funções como membros deste Conselho Geral que se apresentassem. Após as apresentações, o director, professor Carlos Carvalheira, cumprimentou os presentes e desejou que as reuniões deste Conselho decorressem com normalidade, num espírito de tolerância, compreensão e colaboração, com vista a melhorar o funcionamento deste Agrupamento, e informou que elas seriam secretariadas pela assistente técnica Margarida Claro Ferreiro.

O presidente passou, de seguida, ao ponto dois da ordem de trabalhos, abrindo o debate relativo à cooptação dos elementos ou entidades da comunidade local para este órgão. Sobre este assunto, recordou que o anterior Conselho Geral contou com a participação das seguintes entidades: Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital, Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital e a Fundação Aurélio Amaro Dinis.

Tomou a palavra o vereador José Francisco Rolo, congratulando-se por fazer parte deste importante órgão de educação do Concelho. Considerou que todas as entidades anteriormente referidas pelo presidente são relevantes. Porém, questionou sobre a possibilidade de se introduzir uma alteração no regulamento, no sentido de descentralizar e alargar esta participação a outras entidades sedeadas noutras freguesias do Concelho.

O presidente referiu compreender a questão. Esclareceu, no entanto, que o Regulamento Interno da Escola prevê três representantes da comunidade e que não será fácil alterar esse regulamento. Por outro lado, lembrou que a colaboração entre a escola

e os representantes da comunidade local é importante, mas poderia, porventura, ser melhor aprofundada. E que antes de se pensar na possibilidade de admitir mais instituições neste Conselho, seria importante refletir sobre a forma e o conteúdo dos contributos que elas podem dar e receber neste órgão.

A vereadora Graça Silva questionou se as instituições atrás citadas deverão manter-se, ou se o Conselho Geral está aberto a outras propostas. Lembrou que as referidas instituições mostraram sempre disponibilidade para participar neste Conselho, o que nem sempre aconteceu no passado com outras instituições. Recordou também que a questão levantada pelo vereador José Francisco Rolo tinha já sido suscitada e debatida aquando da cooptação dos membros de comunidade local para o anterior Conselho Geral. Por conseguinte, sustentou não ver qualquer impedimento em debater de novo esta questão.

Tomou a palavra o professor Albano Dinis, considerando que seria muito importante uma relação mais forte escola-empresa. No entanto, recordou que isso nunca foi viável, por existir uma lacuna na área empresarial do concelho, pois não existe uma entidade que represente todo o setor empresarial do concelho.

O vereador Nuno Ribeiro concordou em manter as instituições indicadas. No entanto, e seguindo o raciocínio do vereador José Francisco Rolo, referiu que seria importante ponderar a possibilidade de este órgão educativo admitir mais algumas entidades provenientes de outras freguesias do Concelho.

O vereador José Francisco Rolo salientou não ter qualquer razão para questionar as instituições indicadas.

Indo ao encontro da opinião do vereador José Francisco Rolo, a vereadora Graça Silva sugeriu a possibilidade de manter as entidades anteriores e convidar mais duas entidades, de preferência, uma do norte e outra do sul do Concelho, para participarem, ainda que sem poder de voto, neste Conselho.

A representante dos pais/encarregados de educação, Ana Álvaro, sugeriu que fossem escolhidas mais duas entidades, para que haja alternativas, no caso de haver indisponibilidade de alguma das entidades propostas como primeiras escolhas. Deste modo, referiu que a Associação de Pais e Encarregados de Educação deliberou, em reunião, sugerir como instituições suplentes candidatas a integrar este Conselho a BLC3 e a Santa Casa da Misericórdia de Galizes, devendo a BLC3 representar uma alternativa à ESTGOH e a Santa Casa da Misericórdia uma alternativa à Fundação Aurélio Amaro Diniz.

O representante dos pais/encarregados de educação Rui Almeida referiu que, mais do que descentralizar, seria, sobretudo, importante e mais viável escolher instituições que possam trabalhar em parceria com a escola, estabelecendo protocolos em áreas prioritárias. Neste caso, a BLC3 na área da investigação e estágios profissionais e a Santa Casa da Misericórdia na área da Educação Especial.

O diretor salientou que, embora não desejasse intervir neste debate, a sua experiência diz-lhe que nesta matéria é importante descentralizar.

O presidente recordou que o Conselho Geral ainda não está completo, não existindo, por isso, condições para alterar o regulamento, de forma a permitir a participação de mais instituições. Presumiu, também, que a legislação geral não permite

que o Conselho Geral exceda os 21 elementos – observação que foi confirmada pela professora Luísa Correia. Contudo, considerou ser sensato e justificável apresentar as duas entidades sugeridas pelos representantes dos pais e encarregados de educação na condição de suplentes. Lembrou ainda que as três primeiras instituições aqui citadas que integraram o anterior Conselho Geral têm uma dimensão concelhia e não meramente urbana e cooperaram muito bem com o anterior Conselho Geral, que apenas durou um ano. Não vê, por isso, motivos para elas não serem reconduzidas neste Conselho.

O professor Nuno Teixeira sustentou que se as instituições cumpriram bem as suas funções, não seria de bom-tom optar por as excluir.

O presidente fez então o ponto da situação relativamente a este debate. Questionou os elementos no sentido de se manterem as três entidades iniciais — BVOH, ESTGOH e FAAD — e as sugeridas como suplentes — BLC3 e Santa Casa da Misericórdia de Galizes. Obteve a concordância de todo o Conselho. Acrescentou que, naturalmente, esta decisão não seria impeditiva de mais tarde voltar a debater esta questão perante o Conselho Geral totalmente constituído.

No âmbito do ponto três – outros assuntos — o presidente passou a palavra ao diretor, que saudou, muito especialmente, a representante dos alunos, Eduarda Vaz, e enfatizou a importância da sua presença neste órgão. Desejou que a sua juventude e irreverência venha dar uma grande contribuição ao Conselho Geral. Valorizou a presença e participação desinibida de todos os elementos neste órgão. Considerou ser esta missão um desafio enorme para todos e que todos devem estar atentos e disponíveis para discutir neste órgão todos os problemas da escola. E agradeceu ao professor Luís Torgal a especial dedicação, atenção e disponibilidade para resolver as tarefas e os problemas relacionados com o Conselho Geral.

O presidente informou que irá contactar, imediatamente, por carta as entidades cooptadas por este Conselho e, logo que obtenha resposta positiva de todas as entidades, convocará nova reunião do Conselho Geral.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual foi lavrada ata, que após lida foi aprovada em minuta, sendo assinada pelo respetivo presidente e secretária.

O presidente da reunião

A secretária

---

---